

## QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA: DE FHC A LULA: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO URGENTE

Bernardo Mançano Fernandes<sup>1</sup>  
Juliana Araujo da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo analisamos as políticas compensatórias implementadas pelo Governo FHC e seus resultados para tentar resolver paliativamente o problema da questão agrária no Brasil. Também questionamos a viabilidade da concretização da Reforma Agrária no Governo Lula, perante a força política e concentradora de terra que ainda possuem os grandes latifundiários e políticos do Brasil. O Governo Lula representa um grande passo na história democrática do país, mas incerto se apresenta o futuro, quanto à concretização de uma verdadeira Reforma Agrária no país.

**Palavras-chave:** questão agrária, campesinato, reforma agrária, Governo FHC, Governo Lula.

### AGRARIAN QUESTION AND THE AGRARIAN REFORMATION: OF FHC THE LULA: NOTES FOR A URGENT REFLECTION

**Abstract:** In this article we analyzed the compensatory politics implemented by FHC Government and its results to solve the problem of the agrarian question in Brazil. We also question the viability of the concretion of the Agrarian Reform in Lula Government, before the ruralist power politics and concentration land that still possess the great landowners and political of Brazil. The Government LULA represents a great step in the History Democratic of the country, but uncertain he comes the future, with relationship to the materialization of a true Agrarian Reform in the country.

**Key Words:** agrarian question, peasant, land reform, Government FHC, Government Lula.

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. R. Roberto Simonsen, 305, - CEP: 19060-900 – Presidente Prudente-SP. E-mail: bmfunesp@terra.com.br

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. R. Roberto Simonsen, 305, - CEP: 19060-900 – Presidente Prudente-SP. E-mail: juarasil@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Há um embate aberto na mídia, na academia e no governo a respeito de um dos problemas mais cruciais da história brasileira: a questão da terra ou a questão agrária como ficou conhecida nos meios intelectuais e políticos.

As bases teóricas que sustentam esse embate são o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária. Essas são fontes que nos possibilitam compreender a realidade dos conflitos do campo e da cidade no Brasil hoje.

Esse embate está pendendo para um viés interpretativo na defesa de políticas compensatórias e de controle social dos movimentos camponeses. A razão desta tendência refere-se à participação de intelectuais no governo, identificados com o paradigma do capitalismo agrário. Também, este paradigma ganhou a simpatia da mídia nacional, fortemente vinculada ao agronegócio e aos latifundiários, porque, em diversos pontos vão ao encontro com os seus interesses, além de não propor nenhuma mudança estrutural da sociedade.

Por outro lado, o paradigma da questão agrária perdeu força porque propõe o enfrentamento com o capital. Em suas duas vertentes, este paradigma defende a resistência por meio do conflito. Uma vertente propõe manutenção da questão agrária por meio de políticas públicas. Outra vertente propõe a superação da questão agrária por meio do enfrentamento e da transformação da sociedade.

Todavia o conteúdo deste embate ainda não foi explicitado por causa da imprecisão das afirmações, que por serem resultado de manipulações, falta-lhes confiabilidade. Por outro lado, porque os intelectuais que mudaram recentemente de posição teórica e política para defender o paradigma do capitalismo agrário, não aceitam críticas e se colocam acima da verdade dos fatos. Entendemos que para superar este impasse é necessário tratarmos especificamente dos elementos da questão agrária, de forma objetiva, para demonstrar nossas conclusões.

A idéia de elaboração deste artigo nasceu com a necessidade de uma reflexão a respeito dos principais elementos da questão agrária e das formas como esses são manipulados politicamente para o controle social e político do problema. Embora a questão agrária seja uma iminente, políticos e intelectuais consideram-na prescindível.

Analisamos a política de assentamentos rurais do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) e as perspectivas dessa política no governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), considerando a conjuntura política e o jogo de forças políticas, argumentando que Lula não realizará um projeto de reforma agrária.

Nesse contexto, apresentamos uma leitura das formas políticas de manipulação e de resistências no tratamento da questão agrária, por diferentes organizações e instituições. Predominantemente, por parte dos movimentos camponeses que também denominamos de

movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000), destacamos a exposição de elementos da questão agrária, como por exemplo: a luta pela terra e pela reforma agrária, expressa em ocupações, acampamentos, marchas, negociações, enfrentamentos, entre outras formas de resistência, com o objetivo de superar a problemática da questão agrária.

Por parte do Estado, dos latifundiários e de empresários de diversos setores evidenciamos outro conjunto de elementos da questão agrária, representados pelas políticas de compra de terras (Banco da Terra), arrendamento da terra (Bolsa de Arrendamento) e criminalização da luta pela terra (Medidas Provisórias).

Nesse sentido, consideramos importante reforçar a distinção das formas de tratamento da questão agrária pelos movimentos socioterritoriais e pelo Estado. As ações dos movimentos socioterritoriais buscam a manutenção e/ou a superação da questão agrária. As ações do Estado, por meio da manipulação, do controle social e político da questão agrária, deslegitimam os movimentos camponeses e constroem uma propaganda em defesa do atual modelo de desenvolvimento agropecuário, que privilegia a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa.

## A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO AGRÁRIO: PARADIGMAS EM QUESTÃO

A década de 1990 foi singular no que se refere ao tratamento teórico dado à questão agrária e à reforma agrária. Surgiu no Brasil, o paradigma do desenvolvimento do capitalismo agrário, sendo o trabalho de Abramovay (1992), a principal referência deste modelo, que tenta inabilitar o paradigma da questão agrária. Diversos outros trabalhos do mesmo autor foram elaborados no desdobramento dessa tese, além dos trabalhos de Veiga (1991), Navarro (2002) e Martins (2000), entre dezenas de dissertações e teses que foram realizadas com base neste modelo de pensamento.

O paradigma do desenvolvimento do capitalismo agrário tem como tese que os problemas determinantes do capitalismo na agricultura são apenas conjunturais e podem ser resolvidos por meios de ações do Estado e do mercado. Para defender essa tese, os autores criam novos conceitos, embora estes não expliquem a realidade tal como se apresenta, como por exemplo: a substituição do conceito de camponês pelo conceito de agricultor familiar ou substituição do conceito de agricultura capitalista pelo conceito de agricultura patronal, entre outras formas de eufemismos.

Ainda no conceito de reforma agrária, os autores imputaram novos significados. Conforme suas interpretações e seus interesses, o conceito passou a comportar a compra da terra em dinheiro e à vista, como por exemplo, o Banco da Terra. Essa compreensão é uma

contraposição aos conteúdos do paradigma da questão agrária, como procuramos demonstrar a seguir.

No Brasil, os principais estudiosos da questão e da reforma agrária sempre tomaram como referências teóricas diversas obras de inspiração marxista, que tem como objeto central o desenvolvimento desigual gerador da diferenciação social. Essas pesquisas do final da década de 1890 (KAUTSKY, 1896; LÊNIN, 1895) serviram de sustentação para a elaboração de artigos, livros e projetos políticos, por exemplo, Prado Junior (1987), Graziano (1981), Martins (1981), Oliveira (1991), Stedile (1994). Esses trabalhos constituíram-se em paradigmas que têm em seu eixo central a luta de classes e o enfretamento entre o capital e os camponeses. Essas duas classes disputam modelos de desenvolvimento diferenciados, produzindo políticas públicas distintas para defesa de seus interesses. Na realização dessas políticas, os capitalistas criam medidas e leis que possibilitaram o controle da maior parte das terras, tentando impedir a continuidade do campesinato e, por conseguinte, o seu processo de territorialização. Enquanto os camponeses, por meio da resistência buscam criar as condições de conquista e permanência na terra.

Desde esse referencial teórico, a questão agrária é compreendida como um problema estrutural do modo capitalista de produção. Nesse sentido há dois modos de tratá-la: ou se compreende a questão como perspectiva de superação no enfrentamento com o capital, de modo que a luta contra o sistema é essencial e destruí-lo é o objetivo maior; ou se compreende essa questão como perspectiva de manutenção do problema e o enfretamento com o capital acontece pela disputa de políticas públicas que possibilitem minimizar as ações nocivas do desenvolvimento desigual sobre os camponeses.

No primeiro modo de tratamento político, a luta contra o capitalismo tem como perspectiva a transformação da sociedade, ou seja, a construção de uma outra sociedade, que seria "socialista". Todavia com o fracasso do "socialismo real" e a espacialização do "neoliberalismo", esta perspectiva foi quase que abandonada principalmente por grande parte dos intelectuais, sendo que hoje poucos movimentos socioterritoriais a defendem, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

A esses movimentos socioterritoriais sobram as pechas de "baderneiros", "radicais", "atrasados" ou "ultrapassados" e na maior parte das vezes são enquadrados como formadores de bandos e quadrilhas, suas lideranças são presas e amargam nas prisões. Noutras vezes, o aparelho repressor de Estado procura de forma violenta barrar as manifestações. Ainda, o assassinato de trabalhadores é outra marca triste deste enfretamento.

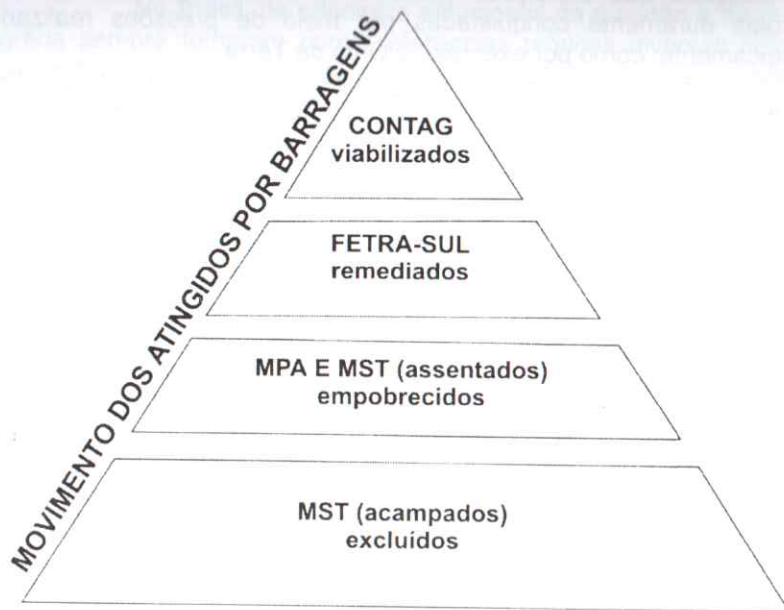
No outro modo de tratamento político, a luta contra o capital tem como perspectiva uma forma de resistência na defesa de interesses corporativos, disputando políticas públicas e seus recursos. Nesse

sentido, diversos movimentos socioterritoriais realizam suas ações dentro dos parâmetros da "legalidade" e estão limitadas às reivindicações das condições básicas da precarização das políticas agrícolas duramente conquistadas por meio de pressões realizadas periodicamente, como por exemplo, o Grito da Terra.

Esses movimentos socioterritoriais têm conquistado importantes espaços políticos na última década, enquanto os movimentos socioterritoriais rotulados de "radicais" sofrem um contínuo refluxo, tanto na sua espacialização, quanto na sua territorialização. Em Fernandes (2003), essas posições políticas demonstram a diferenciação política e econômica dos movimentos camponeses. É importante destacar aqui, que entendemos os movimentos camponeses como grupos sociais e políticos, que compreendem toda a população a ele vinculado. Dessa forma, não fazemos a clássica distinção de vanguarda (lideranças) x massa (povo), por que concebemos os movimentos socioterritoriais como processo e organicidade e não como estrutura.

Segundo Fernandes:

Para representar essa diferenciação política e econômica dos movimentos camponeses, utilizamos a figura de uma pirâmide, como apresentada a seguir, em que no topo estão os camponeses estabelecidos que, garantido a manutenção da ordem existente, aceitam e se submetem aos projetos políticos da denominada agricultura familiar, para poderem se apropriar de parte considerável dos recursos públicos destinados a esse fim. Esses são os "viabilizados", como por exemplo, os camponeses filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A reboque dessa organização – no meio da pirâmide – estão os "remediados" que lutam para se inserir neste espaço político. Estes estão filiados a outro movimento socioterritorial: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL, vinculada à Central Única dos trabalhadores – CUT. Na base da pirâmide estão os camponeses vinculados ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e os Sem Terra assentados e vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estes são os "empobrecidos", que resistem à concepção política da agricultura familiar. No alicerce dessa pirâmide estão os acampados. Estes são os "excluídos", que lutam para se ressocializar, por meio das ocupações de terra. Ainda, na transversal dessa pirâmide estão os camponeses vinculados ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que participam desses diferentes níveis de interesses, lutas e resistências.



Esta pirâmide é uma tentativa de representação da participação dos movimentos camponeses na luta pelas suas existências. A CONTAG e outros movimentos socioterritoriais também realizam ocupações de terra e podem estar também no alicerce da pirâmide. Mas no caso deste movimento sindical, a ocupação não é uma política de resistência, é uma política de protesto, pois sua recriação não depende da luta pela terra, já que congrega grande parte de camponeses viabilizados. Por outro lado, o MST tem na ocupação a fonte de sua recriação. A FETRAF-SUL e o MPA não realizam ocupações de terra.

A pirâmide representa a diferenciação do campesinato, produto da desigualdade gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. As diferenças deveriam ser as razões para uma articulação política entre os movimentos socioterritoriais. Todavia, na maior parte das vezes, nos projetos e nas manifestações políticas isso não acontece, justamente por causa das diferentes visões que se tem a respeito do passado, do presente e do futuro do campesinato. (FERNANDES, 2003)

Nesse sentido, a questão agrária da primeira década do século XXI tem como embate diferentes disputas por espaços políticos. Ainda os dois paradigmas aqui apresentados estão no centro desse debate. Essa discussão se materializa em distintas propostas de políticas de reforma agrária, de organização política e de modelos de desenvolvimento para a agricultura camponesa.

Nesta reflexão, analisaremos os espaços políticos criados no governo FHC e que podem ou não ser criados no governo LULA.

O governo FHC se vangloria de ter feito "a maior Reforma Agrária da História do Brasil". (PSDB, 2003). Essa idéia apoiada pela mídia é repetida por intelectuais e políticos em todo o Brasil em uma propaganda intensiva e que estamos questionando desde o final da década de 1990 (FERNANDES, 2000).

Segundo o documento publicado pelo partido de FHC, em seu governo teriam sido assentados mais de 600 mil famílias. Todavia, de acordo com os números do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, onde estão sistematizadas informações a respeito dos assentamentos rurais, tendo como base o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e os institutos de terras estaduais, foram registrados durante o período de 1979 – 2001, o total de 655.945 famílias, sendo que no período 1979-1994 foram assentadas 176.478. No ano de 2002, os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário somam 60 mil famílias.

Somando esses dados teríamos, aproximadamente, um total de 539. 467 famílias, bem menos das "mais de 600 mil famílias divulgadas". Esse não seria o maior complicador, se tivéssemos certeza a respeito desses dados. Estamos fazendo uma nova conferência desses números, pois no ano 2001 descobrimos uma artimanha do governo FHC em "clonar" assentamentos, ou seja, em contar assentamentos criados no período 1979-1994, e registrá-los com datas referentes ao período de seu governo. Conforme demonstrado em Fernandes e Lenardon (2002), temos um exemplo dessa artimanha no levantamento realizado no Estado de São Paulo, como apresentado a seguir:

Comparação das datas de criação dos assentamentos e números de famílias do Estado de São Paulo.

ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIO	DATA DE CRIAÇÃO		CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	
		INCRA	ITESP	INCRA	ITESP
PA Araras I	Araras	05/12/01	Set/84	6	6
PA Monte Alegre I	Motuca	07/06/01	Mai/85	49	49
PA Monte Alegre II	Motuca	17/12/01	Out/85	62	62
PA Monte Alegre III	Araraquara	02/10/01	Ago/86	81	76
PA Santa Rita do Pontal	Euclides da Cunha Paulista	05/12/01	Nov/90	51	51
PA Monte Alegre V	Motuca	05/12/01	Out/91	34	34
PA Tucano	Euclides da Cunha Paulista	07/03/01	Nov/91	36	35
PA Santa Rosa	Euclides da Cunha Paulista	05/12/01	Mai/92	65	65
PA Primavera I	Presidente Venceslau	08/10/01	Abr/96	82	82
PA Primavera II	Presidente Venceslau	06/06/01	Jun/96	42	42
PA Santa Isabel I	Mirante do Paranapanema	17/04/01	Jun/96	70	70
PA Monte AlegreVI	Araraquara	16/10/01	Mai/97	88	88
PA Araras III	Araras	05/12/01	Dez/97	46	45
PA Rancho Alto	Euclides da Cunha Paulista	07/03/01	Set/98	52	50
PA Rancho Grande	Euclides da Cunha Paulista	06/06/01	Set/98	101	101
PA Horto Vergel	Mogi-Mirim	21/02/01	Set/98	89	90
PA Horto Bebedouro	Bebedouro	09/01/01	Set/98	82	82
PA Horto Ibitiúva	Pitangueiras	09/01/01	Set/98	43	43
PA Água Branca I	Teodoro Sampaio	07/03/01	Out/98	25	29
PA Sta. Terezinha da Alcídia	Teodoro Sampaio	07/03/01	Out/98	26	26
PA Santo Antonio	Marabá Paulista	07/03/01	Fev/99	58	73
PA Santa Zélia	Teodoro Sampaio	05/12/01	Mar/99	104	104
PA São Francisco II	Presidente Alves	05/11/01	Out/99	65	31
PA Guarany	Sandovalina	04/12/01	Jan/01	270	68
PA Seleções	São Paulo	18/12/01		100	

Fonte: INCRA/ITESP

Neste quadro são comparados os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP. De acordo com o ITESP, no ano de 2001 foi criado apenas 1 projeto de assentamento no Estado de São Paulo: o PA Guarany, no município de Sandovalina.

Segundo o INCRA no ano de 2001 foram criados 25 projetos de assentamento no Estado de São Paulo. Constatamos que os projetos já existiam desde as décadas de 1980 e 1990, como é o caso do PA Monte Alegre I que foi criado em 1985 e registrado pelo INCRA como implantado em 2001. Observamos nos dados do INCRA que o PA Seleções, na cidade de São Paulo, não é um assentamento. Refere-se somente ao cadastramento de famílias pelo correio para projetos de reforma agrária, pois não existe nenhum assentamento rural na cidade de São Paulo. Temos, portanto: um assentamento criado, um assentamento fantasma e 23 assentamentos "clones".

Os resultados desta pesquisa comprovam a simulação do governo FHC para atingir sua meta política. A questão é que para a ciência, essa situação causa problemas para os pesquisadores que poderão trabalhar com dados falsos. Desse modo, sem saber quantos são os assentamentos clonados, não é possível saber quantos assentamentos foram criados pelo governo FHC de fato.

Além desse problema, temos outro que são os métodos de análise dessa realidade. Pois refutamos a asserção "da maior reforma agrária do mundo", pelas seguintes razões:

Conforme demonstrado no estudo de Fernandes, 2000, a maior parte (90%) desses assentamentos é frutos da luta pela terra. A existência desses assentamentos está vinculada diretamente às ocupações de terra. Por meio dessa ação, as famílias sem-terra pressionaram o governo, conquistaram a terra, territorializando a luta e o Movimento. Não houve um plano de reforma agrária do governo FHC, apenas uma política de assentamentos rurais como política compensatória.

Outra questão importante é que esta política não tinha o objetivo de desconcentrar a estrutura fundiária, pois de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996, a concentração da estrutura fundiária continua.

Em sua segunda gestão, o governo FHC criou medidas para tentar impedir os processos espacialização e de territorialização do MST. Eliminou políticas de crédito (PROCERA), de assistência técnica (LUMIAR) e elaborou táticas que acertou o âmago da luta pela terra.

No ano de 2001, o governo FHC criou uma medida provisória que criminaliza os trabalhadores sem-terra que participam de ocupações de terra. Assim, o governo inovou na medida política, transferindo para o Poder Judiciário uma forma de violência que o Poder Executivo sempre praticara. FHC diminuiu a intensidade da militarização da luta pela terra e criou a judicialização da luta pela terra.

Esse processo político foi inaugurado com a criação da Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, que criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por 4 anos, quando houver reincidência conforme explicitado abaixo:

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou

esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. Fonte: Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001 (DOU:25/5/2001)

Dessa forma, aumentou o número de sem-terra presos, conforme os dados da CPT, 2003 e DATALUTA 2003. E pior, as prisões passaram a ser seletivas, condenando as lideranças, acusadas de formação de bando de quadrilha.

O governo FHC registrou na História do Brasil, como aquele que mais implantou assentamentos rurais. Mas essa história não pode ser lida somente por esse lado, como desejam os teóricos do paradigma do capitalismo agrário. É necessário ler as contradições do processo de luta pela terra, que na sua espacialização pressionou o governo FHC, que ao mesmo tempo em que implantou assentamentos, também reprimiu violentamente as formas de luta que permitiu a construção dessa realidade. Foram as lutas e as formas de resistências das famílias sem-terra que produziram a geografia dos assentamentos rurais. Essa realidade não é resultado somente de uma política do Estado, mas principalmente da luta contra a exclusão gerada pelas desigualdades do sistema capitalista.

### **GOVERNO LULA E A REFORMA AGRÁRIA: quais perspectivas?**

No governo Lula, não há a expectativa da realização de uma política de reforma agrária. Por um lado, porque a bancada ruralista continua dominando o Congresso Nacional. Por outro, porque não existe dentro do governo nenhuma referência que possa ser utilizada como condição de defesa de um projeto de reforma agrária. Acreditamos que será realizada uma política de assentamentos rurais. Desse modo, a luta pela terra e a política de implantação de assentamentos rurais tendem a ser os processos que já conhecemos. Com avanços e refluxos, de acordo com as correlações de forças das ações dos movimentos socioterritoriais, dos partidos políticos e dos governos. Nada mais do que isso.

Nos últimos trinta anos, essa tem sido a tendência e não há novos referenciais na realidade que indiquem o contrário. Nem mesmo o governo do Partido dos Trabalhadores possibilitará a realização da reforma agrária. Isso não significa que não teremos avanços na luta pela terra e na intensificação de assentamentos rurais. Mas, como já

afirmamos isso não é reforma agrária. Também é possível que tenhamos políticas agrícolas voltadas para o interesse da agricultura camponesa.

Diante desse quadro, três questões vão acompanhar o governo Lula e suas resoluções serão fundamentais para o tratamento do problema agrário. A mais polêmica é a medida provisória que criminaliza a luta pela terra. O governo já titubeou em decisões e desmentidos de revogação e renovação da medida.

Latifundiários, empresários e intelectuais do paradigma do desenvolvimento agrário estão em alerta para saber qual a decisão do governo Lula com relação a esta questão capital. Os movimentos socioterritoriais estão de prontidão. O resultado dessa decisão nos apresentará uma primeira referência do tratamento com o elemento da questão agrária: a criminalização da luta pela terra.

Essas medidas provisórias que a Comissão Pastoral da Terra acusa de serem inconstitucionais, pois defendem o latifúndio, se não forem revogadas já estão causando polêmica no Poder Judiciário. Conforme o parágrafo 6º:

"O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação..."

Todavia, os sem-terra têm ocupado os latifúndios depois de vistoriados e, pela primeira vez, no Estado do Alagoas, o Superior Tribunal Federal considerou que a desapropriação só é proibida quando a ocupação acontece antes da vistoria. Se considerarmos que as ocupações eram também uma forma de pressão para que o INCRA fizesse a vistoria. A realização da vistoria, agora pode ser motivo para a ocupação da terra. Essa novidade é uma demonstração que a medida política de criminalização da luta pela terra pode ser um tiro no pé.

Com relação à política de assentamentos rurais, está em questão se o governo Lula vai assentar mais ou menos que o governo FHC. A capacidade de mobilização dos movimentos socioterritoriais (em 2002) foi de 100 mil famílias em ocupações de terras e acampamentos em todo o país (DATALUTA, 2003).

O governo FHC se vangloria de ter assentado em torno de 100 mil famílias por ano. O argumento do governo Lula é que não vai disputar números, mas a qualidade de vida nos assentamentos, pois a questão não é quantitativa, mas sim qualitativa.

Mas a realidade é constituída pela junção das questões quantitativa e qualitativa. Não pode haver dicotomias. Quantitativa, porque existe um número real de famílias a serem assentadas e um número real de famílias que estão sendo expropriadas. É preciso ter um controle político do processo expropriação – ressocialização. É urgente diminuir a expropriação e aumentar a ressocialização para interferir na

intensificação da concentração fundiária e na diminuição da população rural.

Mais do que isso, a reforma agrária pode ser parte de um programa de desenvolvimento territorial que implique na realocação da população rural, no sentido inverso da trajetória do êxodo rural.

Mas para que isso aconteça, é preciso mudar o paradigma teórico político e o modelo de desenvolvimento agropecuário ainda vigente no atual governo. Nesse sentido, deverá haver um endurecimento do embate nos confrontos entre propostas do agronegócio e da agricultura camponesa.

O governo Lula foi eleito no confronto de forças e todos têm "esperanças". Alguns têm esperança de continuar no poder e para isso precisam manter seu espaço político. Outros têm esperança de participar do poder e para tanto é preciso conquistar ou ampliar seus espaços políticos.

Sem dúvida, o governo Lula representa um avanço na democracia brasileira. A questão agrária, por ser um problema estrutural do capitalismo, pode ser utilizada na perspectiva da superação e transformação da sociedade. Mas não será esse o caminho que o governo Lula adotará. Parece-nos que a tendência predominante será de manutenção da questão agrária, o que é um avanço se comparada a política de manipulação do governo FHC.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/ Anpocs/ Editora da Unicamp, 1992.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.
- CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil – 2002**. São Paulo: Loyola, 2003.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. [www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera). 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. LENARDON, Marli Batista. Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: MDA x ITESP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002, Petrolina. **Anais...** Petrolina, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Qual o futuro do MPA?** Presidente Prudente: inédito, 2003.

GÖRGEN, Frei Sérgio. **A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAZIANO da SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRAZIANO da SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

GRAZIANO da SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

NAVARRO, Zander. "Mobilizações sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: **Produzir para viver - os caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PSDB. **Reforma agrária e Agricultura familiar: balanço dos anos FHC e perspectivas para o governo Lula**. [www.psdb.org.br](http://www.psdb.org.br). 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHANIN, T. (org.). **La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923)** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

STÉDILE, João Pedro. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Ed. UFRGS/ANCA, 1994.

STÉDILE, João Pedro. Fernandes, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.